



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.  
Sub-eixo: Fundamentos históricos e teórico-metodológicos.

## DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO RIO GRANDE DO SUL (1950-1965)

GRAZIELA SCHEFFER<sup>1</sup>  
THAÍSA TEIXEIRA CLOSS<sup>2</sup>  
INEZ ROCHA ZACARIAS<sup>3</sup>

**Resumo:** O artigo discute a influência do ideário desenvolvimentista no Serviço Social gaúcho no período de 1945 a 1965, a partir da análise da formação profissional na escola de Serviço Social da PUCRS. Verifica-se a influência do desenvolvimentismo desde a criação da escola, intensificada nos anos 1950 e 1960, no contexto governo Leonel Brizola momento em que identifica-se duas tendências de Desenvolvimento de Comunidade: uma articulada pelo docente Seno Cornelly, marcada pela influência do pensamento da CEPAL; e as experiências vinculadas ao movimento de Cultura Popular, articuladas pelas docentes Lucia Castillo e Zilah Totta sob a influência da esquerda católica.

**Palavras chaves:** Fundamentos do Serviço Social; história; desenvolvimentismo.

**Abstract:** The article discusses the influence of the developmentalist ideology in the Social Work in the Rio Grande do Sul from 1945 to 1965, based on the analysis of professional training in the School of Social Work of PUCRS. The influence of developmentalism has been evident since the creation of the school, intensified in the 1950s and 1960s, in the context of Leonel Brizola's administration, when two tendencies of Community Development are identified: one articulated by Seno Cornelly, a teacher influenced by CEPAL thinking; and experiences linked to the Popular Culture movement, articulated by Professors Lucia Castillo and Zilah Totta under the influence of the Catholic Left.

**Keywords:** Foundations of Social Work; history; developmentalism.

### 1. INTRODUÇÃO

O artigo é fruto da pesquisa “*Memória e particularidade histórica do Serviço Social no Rio do Grande do Sul (RS)*” em articulação entre os docentes da UERJ, UFRGS e PUCRS do Brasil. O estudo visa analisar a

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual do Rio De Janeiro.

<sup>2</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>3</sup> Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: <inezpoa@yahoo.com.br>.

particularidades da profissão no RS, enfocando a escola de Serviço Social da PUCRS. Esta Escola foi criada em 1945, oriunda da aliança entre Igreja católica e segmentos do Serviço Social da Indústria (SESI) no estado. Resgatar sua história justifica-se por ser o primeiro núcleo irradiador de formação profissional na região Sul e por ser escola criadora do primeiro seminário latino-americano que originou o Movimento de Reconceituação Latino-Americano, destacando-se também como uma das primeiras a criar o mestrado em Serviço Social no Brasil da década de 1970. A proposta enfatiza a processualidade histórica do Serviço Social gaúcho por meio da memória dos protagonistas e dos documentos da época a fim de entender os diferentes debates no interior da profissão. A ênfase é entender que “as condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p.73). No estudo destacamos a primeira etapa da pesquisa referente ao Desenvolvimento de Comunidade no Curso Serviço Social de Porto Alegre no período de 1950 até 1965.

## **2. SERVIÇO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE: CONJUNTURAS INTERNACIONAIS E NACIONAIS**

Após Segunda Guerra Mundial ocorreram mudanças na regulação econômica e política internacional, com o advento da hegemonia norte-americana e com bipolarização ideológica do mundo entre capitalistas e socialistas. O período pós 1945 inaugurou uma nova fase no Serviço Social orientado por novas interpretações do acerca do desenvolvimento econômico e social que levaram conseqüentemente a renovações na abordagem da questão social nos países latino-americanos considerados subdesenvolvidos. As propostas norte-americanas de Desenvolvimento de Comunidade (DC) buscavam barrar o comunismo pautado no pressuposto que as populações pobres eram mais receptivas ao mesmo, e por isso deveria se desenvolver o capitalismo nessas áreas subdesenvolvidas, ou seja, o DC foi uma importante

estratégia lançada para garantir a prosperidade capitalista e a dominação burguesa americana. (AMMANN, 2003; ANDRADE, 2008).

No Brasil, o período pós década 1940 foi marcado pela consolidação da americanização do Serviço Social brasileiro, inaugurando a famosa trilogia: “Caso, Grupo e Desenvolvimento de Comunidade”. Período em que se conviveu simultaneamente com debates brasileiros e latino-americanos sobre o subdesenvolvimento e desenvolvimento. A influência norte-americana na profissão veio por meio da intensificação dos intercâmbios com bolsas de estudos ligados à Política da Boa Vizinhança (EUA) na década 1940 e da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), a qual desempenhou a função de sistematizar e divulgar o DC, como uma medida para solucionar o complexo problema de integrar esforços da população aos planos regionais e nacionais de desenvolvimento (ANDRADE, 2008, p. 284). Cabe salientar que dentro da estrutura da ONU criaram-se a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), no final da década de 1940 em Santiago do Chile. Consideramos que o Serviço Social “renova-se” por meio da influência norte-americana, introduzindo o tripé: Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Desenvolvimento de Comunidade que impulsionaram um processo tecnificação da profissão no Brasil.

Segundo Ammann (2003) foi por meio dos trabalhos de Educação de Adultos na zona rural que se deu os primeiros passos do DC sob forte influência dos organismos internacionais. Em 1949, realizou-se no Brasil o Seminário Interamericano de Educação de Adultos com o patrocínio do governo brasileiro, UNESCO e a União Pan-americana que no desenrolar do debate das experiências já desenvolvidas consideram o analfabetismo um “fator de desintegração nacional, um empecilho para o progresso e uma ameaça para paz social e para a vida democrática da América”. (AMMANN, 2003, p.34). A educação, enquanto caminho para democracia, foi importante ao trazer “novos ares inquietantes” à profissão, apesar de apresentar limites na superação do lastro conservador e autoritário do pensamento inculcado no processo sociocultural das pioneiras da primeira geração.

O pensamento católico, também se renovou assumindo a educação

enquanto caminho possível de enfrentamento da questão social e de fortalecimento da democracia, principalmente junto aos segmentos da população rural, do nordeste e favelados do país, que apresentavam índices alarmantes de analfabetismos e pobreza. Portanto, a ignorância do povo e estrutura dicotômica do Brasil arcaico-moderno era o “verdadeiro problema” da questão social do Brasil. Inicialmente o DC o era chamado de Organização de Comunidade cuja definição era promover a articulação dos recursos federais, municipais e privados. A carioca Aylda Reis, primeira assistente social a participar do DC em seu livro “Você e sua Comunidade” define a concepção predominante da experiência da Missão de Itaperuna, realizada pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, de 1949 a 1951.

A comunidade se compõe de um conjunto de elementos materiais, históricos, institucionais, psicológicos, afetivos... É uma totalidade complexa. É também uma realidade concreta que deve estar no presente no pensar, no sentir e no agir dos cidadãos, dos administradores, dos dirigentes das instituições, dos membros das associações e dos partidos políticos... pois que fazem parte da comunidade. E quanto mais forte forem a consciência, o sentimento e a vontade dos cidadãos e sua integração na comunidade, tanto mais forte ela será... (REIS, 1967, p. 20).

No Brasil, o termo Desenvolvimento e Organização de Comunidade apareceu pela primeira vez no Seminário de Educação de Adultos para Desenvolvimento de Comunidade promovido pela UNESCO e União Internacional Católica de Serviço Social em 1957, na cidade Porto Alegre.

Neste seminário a conferencista brasileira, Assistente Social Aylda Reis, associa pela primeira vez os termos Organização de Comunidade e Desenvolvimento de Comunidade, propondo a fusão das duas disciplinas em Desenvolvimento e Organização de Comunidade (DOC). Tenta-se, então adaptar aos novos imperativos nacionais e internacionais, mediante a incorporação de ingredientes do Desenvolvimento de Comunidade. (AMMANN, 2003, p.36).

A respeito da conjuntura de 1950, Jorge Krug destaca a existência de mudanças e debates na escola através de seminários internacionais realizados em Porto Alegre:

Através do evento de 1951 e depois com o de 1957, de 12 a 15 de maio- realizado em Porto Alegre pela União Católica Internacional de Serviço Social sob patrocínio da UNESCO, e cujo título era Seminário Regional de Educação de Adultos, tema “Educação de adultos como

processo de Desenvolvimento da Comunidade, - é que se percebe que há um direcionamento mais concreto em termos políticos, técnicos e ideológicos. (KRUG, 1982, p.26).

A agenda desenvolvimentista nacionalista repercutiu no Serviço Social, pois a ideologia dominante se alinhava com as perspectivas profissionais emergentes de legitimação profissional: “O assistente social quer deixar de ser um apóstolo para investir-se da condição de “agente da mudança”. (NETTO, 2008, p. 138). A experiência do Serviço Social no Desenvolvimento da Comunidade proporcionou “rachaduras” no tradicionalismo da intervenção do Serviço Social.

No governo de Juscelino Kubistchek (JK) (1956-1960) no Brasil houve um processo de uma internacionalização da economia brasileira, “justamente no momento em que se procura ‘fabricar’ um ideário nacionalista para se diagnosticar e agir sobre os problemas nacionais” (ORTIZ, 2006, p. 47). O nacional- desenvolvimentista tinha uma concepção de dois brasis (arcaico-moderno) articulados a idéia do atraso nacional. A adesão dos assistentes sociais ao modelo nacional desenvolvimentista se caracterizou por uma prática com ênfase nas mudanças locais como estratégias para superar o atraso econômico e a marginalidade sociocultural. Portanto, a interpretação da questão social no Serviço Social se modifica do âmbito “privado das relações familiares” para estabelecer aproximações sucessivas das estruturas da comunidade e da sociedade brasileira. Embora o “(...) universo teórico – ideológico dos suportes originais do Desenvolvimento de Comunidade fosse candidamente acrítico e profundamente mistificador dos processos reais (...)” (NETTO, 2008, p. 137), acabaram por provocar mudanças na profissão.

No período do “desenvolvimentismo” o assistente social começa a ser requisitado para utilizar as técnicas de Desenvolvimento de Comunidade e de Grupo, assim como passa a ser requisitado para atuar no meio rural. Inclui-se no currículo de Serviço Social disciplinas que incorporam na formação um viés mais técnico, como o Planejamento e Ação Social. Ainda que sob a perspectiva tradicional, o DC propiciava ao Serviço Social uma abertura com os segmentos populares e extrapolava o âmbito do caso individual. Um dos exemplos que tivemos foi as experiências inspiradas no pensamento de Paulo Freire. Alguns

acontecimentos caracterizam essa tendência como um processo de erosão do tradicionalismo na profissão. Essa erosão, como aponta Netto (2008), é marcada pela inserção de assistente sociais em equipes multiprofissionais, pelo desapego de católicos em relação ao conservadorismo tradicional e pela emergência de uma esquerda católica progressista, pela multiplicação do movimento estudantil e aproximação com o referencial das ciências sociais críticas.

No plano internacional tivemos importantes acontecimentos que desestabilizaram a hegemonia norte-americana no período que foram a Revolução Comunista Cubana, Revolução Comunista na China, a Guerra do Vietnã, entre outros. No início de 1960, o país apresentava uma alta concentração de riquezas, fruto do modelo desenvolvimentista econômico adotado no país que levou ao acirramento das lutas sociais urbanas e rurais, colocando na agenda política a necessidade de ações conciliatórias. À frente dessa tentativa de consenso assume o governo de Jânio Quadros (1961) e após João Goulart. O presidente Jango ingressa no governo submetido aos limites impostos pelos militares por meio do parlamentarismo, afim de que fosse impedido de reavivar o populismo nacionalista.

O início da década foi um momento politizador da sociedade brasileira, especialmente entre 1960 a 1963, marcando um período de gestação da consciência nacional-popular e de engajamento de amplas camadas sociais na luta pelas reformas de estrutura. Nesse período acentuam-se na profissão as críticas do uso dos métodos estrangeiros aplicados no país. No âmbito da Igreja Católica, no começo dos anos 1960, surgiu a “Esquerda Católica” sob a inspiração da teologia francesa humanista e influenciada pela Revolução Cubana, que contribuíram para radicalização do movimento estudantil católico (JUC- Juventude Universitária Católica) (LOWY, 2000).

Em 1961 aconteceu no Rio de Janeiro o II Congresso Brasileiro de Serviço Social abordando a temática “comunidade, desenvolvimento e bem-estar”. A concepção do DC da época era um “processo destinado a criar condições de progresso econômico e social para toda a comunidade, com a participação ativa desta e a maior confiança possível em sua iniciativa.”

(VIERA, 1988, p. 252). Ainda em 1960 ocorreu no Rio de Janeiro o Seminário Nacional sobre as Ciências Sociais e o Desenvolvimento de Comunidade Rural do Brasil. Ficando explícito uma nova postura, pois a partir desse Seminário, “no decorrer dos anos 60-63, tornaram-se cada vez mais eloquentes os reclamos por reformas estruturais com participação das camadas populares, postulados estes que receberam o apoio do regime populista brasileiro, cujo clímax é atingido nesse período” (AMMANN, 2003, p. 63). Na época os assistentes sociais, principalmente as militantes católicas, fazem a “opção pelos pobres” e assumem o papel de “agente de mudança”, atuando em atividades de educação popular e formação política junto aos considerados marginalizados (BARROCO, 2006).

Nessa época, os militantes católicos formaram o Movimento pela Educação Básica (MEB) com objetivo não só de alfabetizar os pobres, mas conscientizá-los e ajudá-los a tornarem-se agentes de sua própria história. Os assistentes sociais comprometidos com essa perspectiva assumem o posicionamento dos cristãos de esquerda, engajam-se no MEB, voltando-se, inicialmente, para um trabalho de alfabetização, depois para a animação popular e para o trabalho de sindicalização. Dá-se também a participação de alguns assistentes sociais nos trabalhos de cultura popular de Paulo Freire, despontando o emergir de uma prática questionadora do *status quo*. Em 1962, os militantes da JUC e do MEB criaram a Ação Popular – AP, movimento político não confessional dedicado à luta pelo socialismo e ao uso do método marxista.

Em 1964, o Presidente Jango discursa na Central do Brasil radicalizando a defesa das Reformas de Base e da democracia. Denuncia simultaneamente as “pressões” dos militares e dos segmentos da burguesia. A reação conservadora as múltiplas transformações de cunho nacionalista e popular veio por meio da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” abrindo definitivamente o clima de “legitimidade” para Golpe Civil Militar. Esse processo de luta e reformas de base foi amordaçado pelo golpe de abril de 1964, interrompendo o cenário de politização. Contudo, mesmo com o Golpe

Militar, não conseguiram frear o movimento de busca por transformações na sociedade brasileira.

### **3. AS PARTICULARIDADES DO DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE NA ESCOLA DE PORTO ALEGRE**

Sob a ótica da ideologia nacional desenvolvimentista multiplicaram-se as escolas de Serviço Social no Brasil e em certa medida criaram bases para o processo de renovação que se desencadeou nas décadas posteriores. E foi nesse cenário em que se constitui a Escola de Serviço Social de Porto Alegre, fundada em 1945, contando com uma forte influência católica na sua criação e desenvolvimento, tendo como antecedentes a V Semana de Ação Social realizada em 1944, contando com a presença de lideranças católicas, tais como como Mario Goulart Reis e Ernani Fiori, e ainda, a assistente social Aylda Pereira, professora do Instituto Social do Rio de Janeiro. Um elemento distinto na sua constituição é a presença de segmentos masculinos da engenharia do Serviço Social da Indústria (SESI), mais especificamente o Engenheiro Mario Reis e o incentivo de psiquiatras gaúchos desde 1944 participaram das primeiras ideias da criação do Serviço Social em Hospital Psiquiátrico (GAZOLLA, BULLA, KRUG, 1976).

O Mario Reis foi diretor da escola do período de 1945 até 1953 e sua principal “temática-ação” era o desenvolvimento de comunidade, registrando-se também a influência de sua esposa assistente social carioca Aylda Reis, integrante da primeira geração de assistentes sociais brasileiros. Tal influência, presente desde a criação da escola, articulava-se com a “clássica” presença dos “modelos” franco-belga e norte-americano na formação profissional. Nesta primeira fase da formação, compreendida entre 1945 a 1954, algumas mudanças mais significativas com a alteração curricular de 1953 referem-se aos conteúdos da área de Serviço Social, que passam a contar com nove disciplinas, entre elas Organização Social de Comunidade (BULLA, 1992). Após a revisão curricular assume a direção a docente assistente social Lúcia Castilho, primeira mulher a assumir cargo diretivo na Universidade, atuante nos



movimentos católicos, com formação em filosofia, tendo sido aluna de Ernani Fiori. Embora a criação de disciplina de Organização de Comunidade date desse ano, já se identifica tal influência no período anterior, a partir da análise dos trabalhos de conclusão de curso da escola.

No período de 1945 a 1953 foram apresentados 94 trabalhos, sendo que já entre a primeira e a segunda turma (1948 e 1950) registram-se três relatos de atuação em comunidades rurais e urbana, tendência que também se expressa nos anos seguintes (1951 e 1952), totalizando cinco trabalhos, entre estes o de Seno Cornelly, futuro docente da escola e protagonista da dinamização do DC no RS. No período, também se registram seis relatos de experiência junto ao SESI, particularidade da influência da linha de atuação do primeiro diretor da escola, que firma pareceria com o SESI, em 1949: “nesta ocasião, surge a oportunidade da profissão entrar na classe operária através do SESI, talvez o primeiro estágio remunerado (...) oportunidade de pelo SESI se entrar no sindicato, círculos operários e empresas, grupos ajudando grupos, ajudando comunidades e se ajudarem, buscava-se a maximização dos recursos (GAZZOLA, BULLA, KRUG, 1976, s.p.).

Esse processo evidencia a primeira fase do Desenvolvimento de Comunidade que, conforme Ammann (2003), é marcada pela introdução da disciplina no país no Brasil, sustentada numa compreensão harmônica centrada no tripé indivíduo/família/comunidade, bem como uma concepção de participação com “conotação acrítica, apolítica e aclassista, toda sua dinâmica se move dentro dos horizontes apertados da localidade” (idem, 2003, p. 45). Registram-se ainda nos anos 1950 outros elementos dinamizadores do DC na escola e no RS: a realização dos Seminários de DC com ênfase na Educação de Adultos de 1951 e 1957 promovidos pela UNESCO em Porto Alegre, processo que favoreceu a intensificação da disputa ideológica entre segmento católico e os brizolistas - segmentos vinculados politicamente a figura do então prefeito de Porto Alegre e posterior Governador do RS, Leonel Brizola - na direção sociopolítica da profissão:

O direcionamento técnico de controle social não era algo claro, muito embora a partir desse momento se começasse a ligar o Seminário a

questão do Desenvolvimento de Comunidade. O direcionamento ideológico antes na mão dos católicos começava a derivar para uma resposta de confrontação em relação a outras tendências, em razão da emergência destas só após 1954, com suicídio de Vargas e até 1960, se tornaram evidentes no Estado em mãos do populismo esquerdizante de Leonel Brizola. (KRUG, 1984, p.27).

Além dessas disputas, o impacto desse Seminário também pode ser apreendido na intensificação das experiências práticas da escola, bem na introdução de novas influências teóricas no currículo. Como registra Bulla (1992, p. 326) os seminários enfatizaram a “necessidade de um desenvolvimento integral harmônico, que não privilegiasse apenas o crescimento econômico, mas que buscasse a humanização das estruturas sociais e econômicas. Essas teses buscavam em Maritain e Lebret seus fundamentos”. Destaca-se também a participação de Paulo Freire nesse Seminário, marcando o início da interlocução do pedagogo com os assistentes sociais gaúchos. Não por acaso, tanto Paulo Freire como Mario Reis, eram funcionários do SESI na mesma época, fato que contribuiu interlocução na Escola. Ilustrando o fato com o relato de Paulo Freire:

Vou começar pela minha primeira lembrança de Ernani Fiori, que vem de meu primeiro encontro com ele em Porto Alegre, nos anos 50. (...) Naquela época eu trabalhava no SESI de Pernambuco e visitava o do Rio Grande do Sul. Conversando com o então superintendente de lá, Prof. Mario Reis, ele me disse, ao término da minha conversa: Tu tens conhecer um grande amigo meu nesta cidade, Ernani Maria Fiori” (FREIRE, 1985 p.273).

No período de 1954 a 1960, considerando a mudança curricular e a influência dos Seminários da década, verifica-se que 16 dos 67 trabalhos de conclusão apresentados na escola eram fruto da atuação em comunidades urbanas ou em espaços vinculados ao SESI, articulando pressupostos de organização e desenvolvimento de comunidade com o Serviço Social de grupos e, ainda, a ênfase educacional. Esses dados refletem a análise de Gazzola, Bulla e Krug (1976, s.p.) sobre a segunda fase da formação profissional na escola (1957 a 1960) na qual a “pesquisa e as idéias de Lebret embasam o currículo, incidindo nos TCCs – diminui a religião e aos poucos se ampliam as áreas ditas técnicas”.

A década posterior é marcada pelo segundo período do DC no Brasil, entre o início dos anos 1960 até a instauração da ditadura militar (1964), processo em que se destaca as “influências do nacional-populismo sobre a disciplina e algumas tentativas dos intelectuais no sentido de criarem um vínculo com as classes subalternas” (AMMANN, 2009, p. 28), marcando uma inflexão na tônica predominantemente funcionalista e localista das experiências de atuação profissional. Embora, no caso do RS, a influência da atuação política Brizola, na prefeitura de Porto Alegre, entre os anos de 1956 a 1958, e após no governo do Estado, entre 1959 a 1963, já apresentasse elementos político-sociais que contribuíram para a ampliação do enfoque do DC já nos anos 1950 e incidiam no Serviço Social gaúcho. Diante desse processo se identifica a intensificação das experiências de DC em Porto Alegre. No âmbito curricular, houve a criação da Disciplina de Desenvolvimento e Organização em Comunidade, em 1961, articulando a disciplina de Organização de Comunidade existente desde 1953. Esse ano, conforme análise de Gazzola, Bulla e Krug (1976, s.p.) também marca a terceira fase da formação profissional, na qual “as ideais de desenvolvimento (economia social e as ideias cepalinas de diagnóstico) inserem-se na Escola”.

Os documentos e pesquisas históricas permitem formular a tese da existência de duas tendências no DC nesse período, no quadro da política do governo Brizola: uma articulada pelo docente Seno Cornelly, marcada pela influência do pensamento cepalino, pela técnica de Seminários na mobilização de comunidades, integrando DC, planejamento e política social no âmbito do Departamento de Assistência Social; e as experiências vinculadas ao movimento de Cultura Popular, articuladas pela docente Lucia Castillo e Zilah Totta sob a influência da esquerda católica, em articulação com a Secretaria de Cultura sob a direção de Ernani Fiori.

No que tange à primeira tendência de DC, destaca-se que a mesma é impulsionada pela ambiência política do governo Leonel Brizola, que, ao ganhar eleições para Governador do estado (1959-1963) teve como primeira ação a criação do Gabinete de Administração e Planejamento, seguido pela criação do Departamento de Assistência Social (DEPAS). No período da

gestão brizolista foi criado o Sindicato de Assistentes Sociais de Porto Alegre, bem como promovidas as “Semanas Gaúchas do Estudo de Serviço Social” (1959, 1960, 1962). Verifica-se que o Serviço Social gaúcho sindicalizado esteve organicamente vinculado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e às gestões brizolistas das décadas 1950 e 1960, conforme depoimentos históricos desse período. Registra-se também que nesse momento a “CEPAL elabora seus diagnósticos na linha do desenvolvimento, surgindo as linhas monetárias e estruturalista. Entre nós este material era intensamente absorvido por um grupo ligado à Faculdade” (GAZZOLA, BULLA, KRUG, 1976, s.p.). No documento da DEPAS de 1966, foi estabelecido oficialmente na Divisão de Planejamento e Diretrizes de Técnicas para o trabalho de Seminários de Desenvolvimento de Comunidade que vinha sendo realizado no estado desde 1962. Vejamos:

O seminário não deve se transformar num laboratório de planejamento para a solução de problemas. (...) Provocará em cada participante uma abertura maior para com a Comunidade (...) levará a compreender melhor a necessidades de novos líderes, de coordenação mais efetiva, de ampliação de programas, etc. A solução dos problemas locais, a organização de programas de Desenvolvimento Comunitário será consequência da motivação interior que o povo tiver para sua própria promoção. (DEPAS, 1966, p 5-6).

O trabalho dos Seminários estava voltado para mobilização e a formação política de líderes da comunidade, apostando na sua capacidade “pressão” e organização popular. O professor Seno Cornelly defende o planejamento integrado no sentido da inserção macro dos assistentes sociais na gestão das políticas sociais, juntamente com a incidência na mobilização da participação da popular articulada ao processo de planejamento local. Verifica-se uma convergência de duas linhas de pensamentos: uma regional de cunho brizolista e outra latino-americana ancorada na CEPAL enquanto pilares das propostas de renovação do autor gaúcho que mais tarde alcançou o continente latino-americano.

As elaborações e propostas de Seno Cornelly eram frutos simultâneos de sua inserção no trabalho no governo Brizola, no sindicato e como docente da escola (PUCRS) numa conjuntura de histórica de expansão das idéias

cepalinas que serviram de “inspiração” para ampliar o trabalho profissional no DC, num momento de mobilização popular, impulsionada pelo governo Brizola. A mobilização popular na proposta de planejamento integrado de Seno Connelly atendia simultaneamente duas necessidades: uma inserção das demandas das classes populares na esfera do Estado e outra de prestígio profissional do Serviço Social na gestão das políticas sociais. Cabe ressaltar, que os integrantes da equipe brizolista se mantiveram no DEPAS até 1967, vejamos descrição:

Com o aumento da repressão da ditadura militar, o novo governo gaúcho (cel. Walter Peracchi Barcellos) decidiu, já em 1967, modificar a estrutura da Secretaria, eliminando todo o Departamento de Assistência Social, rompendo o convênio com a Faculdade e dispersando uma equipe técnica altamente competente. Criou a FEBEM<sup>4</sup>, nomeou como presidente um sacerdote e aproveitou uma pequena parte da equipe. (CORNELLY, p 2004, p.7).

Em relação à *segunda tendência do Desenvolvimento de Comunidade*, essa encontrava-se articulada ao debate da educação popular, tendo Ernani Fiori forte influência na escola gaúcha. Seu debate vinculava-se ao segmento da esquerda católica, sendo dirigente na década de 1960 do Movimento de Cultura Popular. Segundo Paulo Freire (1985, p. 279):

No começo dos anos 60, houve então uma presença maciça das massas populares no Brasil, nas praças, nas ruas, reivindicando. E exatamente no bojo dessa experiência, nesse momento histórico, social e político do país que emerge uma série de iniciativas no campo que se chamou, em primeiro lugar, educação de adultos e, depois, cultura popular. E aí então que o pernambucano vai encontrar o gaúcho com quem tinha estado anos atrás, no Rio Grande do Sul (...). E aí, com surpresa- não para mim-, se o gaúcho (Ernani Fiori) aparecer com presidente do Instituto de Cultura Popular do Rio Grande do Sul.

Em 1961, após o episódio da Legalidade, sendo assegurada a posse de João Goulart, expandiram-se vários movimentos no RS, sob a influência da insígnia da “Educação de Base” e das experiências do Movimento Popular de Cultura no Nordeste do país, destacando-se, especialmente, “o movimento comunitário de Ijuí, os projetos da Secretaria de Educação e Cultura do Estado e o Instituto de Educação Popular” (BULLA, 1992, p. 336). Após realização I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular em Recife, em 1963,

---

<sup>4</sup> Fundação de Bem-Estar no Menor.

contando com a participação de representantes gaúchos, impulsiona-se a elaboração de plano estadual de cultura popular no RS, vinculado à Secretaria de Educação e Cultura. Essa secretaria estava sob coordenação de Zilah Totta – professora de filosofia da escola de Serviço Social – juntamente com Lucia Castillo, então diretora da escola, responsável também pela divisão de cultura dessa Secretaria (BULLA, 1992).

A partir desse período a Divisão de cultura passa a coordenar diversas experiências de atuação comunitária, articulando assistentes sociais e pedagogos que se inserem em locais onde ocorreriam as atividades de Serviço Social e práticas de estágio, tais como vilas populares, clubes de mães, projetos habitacionais, projetos habitacionais. Nesse período essa atuação passou a contar com profissionais de outras áreas, especialmente vinculados à JUC, bem como há o desenvolvimento de cursos supletivos e de alfabetização em Porto Alegre, impulsionados pela vinda de Paulo Freire a Porto Alegre em 1963.

Marcado por intensa mobilização política, foi fundado o Instituto de Cultura Popular do Rio Grande do Sul em 1963, voltado para a realização de projeto educacionais de caráter emancipatório visando a democratização da cultura (BULLA, 1992). O Instituto teve curta existência, devido aos impactos da ditadura no ano seguinte, momento em que Zilah Totta foi demitida da Secretaria de Cultura. As experiências de DC e Educação Popular nesse âmbito relacionavam-se amplamente com a Escola de Serviço Social e encontram-se registradas em trabalhos de conclusão. Aliado ao debate da esquerda católica de Ernani Fiore e Paulo Freire acerca da educação popular, em 1961 identificamos o livro “Grupos e Serviço Social” da canadense-francesa, Simone Paré que foi traduzido pela Professora de Serviço Social de Grupo, Nortburga Rosa Reckeiegel, e publicado em 1961 pela PUCRS.

#### **4. CONCLUSÃO**

Na experiência do Serviço Social gaúcho verifica-se a influência das primeiras formulações internacionais e nacionais do desenvolvimentismo nos anos iniciais de criação da escola e a realização de experiências práticas,

sistematizadas nos trabalhos de conclusão de curso, antes mesmo da criação da Disciplina de Organização de Comunidade no currículo da escola, em 1953. Essa influência “precoce” traduz uma particularidade do Serviço Social gaúcho, oriunda do processo de criação da escola, que teve como protagonista o engenheiro Mário Reis e colaboração da assistente social Alyda Reis, integrante das experiências pioneiras de DC no Brasil.

Na década de 1950, a realização de dois Seminários Internacionais em Porto Alegre, voltados para o tema de DC e educação de adultos, consolidou a influência já existente na criação da escola, expandindo experiências práticas em comunidades urbanas e rurais, bem como em espaços como o SESI, dada a vinculação do primeiro diretor com esta instituição. A partir da análise dos trabalhos de conclusão de curso do período registra-se que tais experiências cresceram significativamente, conjugando elementos do DC, mas também as práticas do Serviço Social de grupo com ênfase na educação. Durante o Governo de Brizola consolidou-se o DC no estado, favorecendo uma renovação nas influências teóricas, dada a própria emergência de uma postura mais crítica no âmbito da igreja católica e da vertente nacionalista-popular.

Nesse período fortaleceu-se o intercâmbio de assistentes sociais gaúchos com o pedagogo Paulo Freire e Ernani Fiori, liderança católica que esteve presente na V Semana Social que antecedeu a criação da escola, bem como, professor de filosofia de docentes que integram a primeira geração da profissão no RS. Os documentos e pesquisas históricas permitem formular a tese da existência de duas tendências no DC nesse período, uma próxima a política do governo Brizola: articulada pelo docente Seno Cornelly, marcada pela influência do pensamento cepalino, pela técnica de Seminários na mobilização de comunidades, integrando DC, planejamento e política social no âmbito do Departamento de Assistência Social; e as experiências vinculadas ao movimento de Cultura Popular, articuladas pela docente Lucia Castillo e Zilah Totta sob a influência da esquerda católica, em articulação com a Secretaria de Cultura sob a direção de Ernani Fiori.

## REFERÊNCIAS

AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ANDRADE, M. O metodologismo e desenvolvimentismo no Serviço Social brasileiro: 1946 a 1961. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008.

BULLA, L. C. Serviço Social, Educação e Práxis: tendências históricas e metodológicas. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BARROCO, M. L. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. 4ed. São Paulo, Cortez: 2006.

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (DEPAS). **Seminário de Desenvolvimento da Comunidade**. Secretária de Estado dos Negócios do Trabalho e Habitação-Departamento de Assistência Social, [S.l.], 1966.

GAZZOLA, T.; BULLA, J., KRUG, J. G. **O Serviço Social no Rio Grande do Sul: um estudo inicial de tendências**. Porto Alegre: PUCRS, 1976.

FREIRE, P. Posfácio - Depoimento de um grande amigo. In: FIORI, E. M. **Educação e Política, Textos Escolhidos - v.2**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KRUG, J. **Mobilização comunitária: presença nos seminários de desenvolvimento de comunidade**. São Paulo: Cortez, 1982.

LOWY, M. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira & identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PAIVA, V. Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista. **Revista de Ciências da Educação**, São Paulo, Graal, n. 2, p. 8386, 2000.

PARÊ, S. **Grupos e Serviço Social**. Porto Alegre: PUCRS, 1961.

PAULO NETTO, J. **Ditadura e serviço Social no Brasil pós-64: uma análise do Brasil no Pós-64**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

REIS, A. P. **VC e a Comunidade**. São Paulo: SESI, 1967.